



**Crise Social e as Encruzilhadas da História:
A Fragmentação Epistemológica e o Surgimento da História Social Inglesa (1960-1990)**

Júlio Cesar Meira¹

Resumo: A proposta deste artigo é analisar a emergência da História Social Inglesa no contexto da crise no recorte temporal que abrange a década de 1960 até o início dos anos 1990. A hipótese inicial da qual partimos é que a ideia de crise é própria de uma sociedade em permanente mudança e esteve ligada ao surgimento e estabelecimento da ideologia do progresso no ocidente desde o início da Época Moderna, o que a fez se projetar como a principal característica da Modernidade e desestruturou as dimensões socioculturais e político-ideológicas das bases da realidade. Incapazes de fornecer os referenciais para a compreensão da realidade em constante mutação, a História, como as demais ciências sociais e humanas, também vivenciou sua crise epistemológica, fazendo surgir e se consolidar novos campos de investigação, como a História Social Inglesa.

Palavras-Chave: História. Crise Epistemológica. Modernidade. História Social Inglesa.

**Social Crisis and the Crossroads of History:
The Epistemological Fragmentation and the Emergence of English Social History (1960-1990)**

Abstract: The purpose of this article is to analyze the emergence of English Social History in the context of the crisis in the temporal cut that covers the 1960s until the early 1990s. The initial hypothesis from which we started is that the idea of crisis belongs to a society in permanent change and was linked to the emergence and establishment of the ideology of progress in the west since the beginning of the Modern Era, which made it projected as the main characteristic of Modernity and has unstructured the sociocultural and political-ideological dimensions of the bases of reality. Unable to provide the frameworks for an understanding of the constantly changing reality, History, like the other social and human sciences, also experienced its epistemological crisis, causing new fields of investigation, such as English Social History, to emerge and consolidate.

Keywords: History. Epistemological Crisis. Modernity. English Social History.

Introdução

As décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial foram profundamente desafiantes, tanto para os sujeitos que as vivenciaram quanto para os que tinham a missão de entendê-las, interpretá-las e traduzi-las para a sociedade. As bases da experiência histórica e hermenêutica, que já tinham sido profundamente desafiadas por conta dos dois conflitos mundiais na primeira metade do século XX, sofriam um esgarçamento sem precedentes, a ponto de, numa época de grande produção

¹ Doutor e Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade e do curso de Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador do curso de Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Morrinhos).



econômica – pelo menos no Ocidente – o termo “crise” ter sido empregado indiscriminadamente para se referir à insatisfação, inquietação e angústia que se tornavam cada vez mais as marcas da sociedade urbana em consolidação.

O nosso propósito com este trabalho é refletir sobre a ideia de crise a partir de dois vetores de análise. O primeiro deles busca entender o processo histórico do desenvolvimento do termo, relacionando-o ao próprio surgimento do conceito moderno de progresso até se firmar como característica fundamental da modernidade. O segundo vetor analisa a forma como a ideia de crise, inicialmente relacionada com as transformações que os sujeitos percebiam em sua experiência histórica, passou a ser empregada como ferramenta heurística de compreensão da própria encruzilhada que as Ciências Humanas e Sociais – particularmente a História – viram-se colocadas, ao perceberem que os marcos e paradigmas estabelecidos, os métodos e ferramentas consagradas se tornavam, cada vez mais, incapazes de apreender os movimentos de mudança pelos quais a sociedade passava. Essa constatação foi percebida também, ainda que tardiamente, no interior do movimento transformador da historiografia francesa das primeiras décadas do século XX, representado pela Escola dos *Annales*.

As mudanças socioculturais, aliadas às rupturas ideológico-políticas e epistemológicas, foram importantes para o surgimento de novas concepções e olhares sobre a produção historiográfica, como foi o caso da vertente conhecida como História Social Inglesa e sua interpretação renovadora do conceito de cultura.

Opacidade Social

Em meados da década de 1990, dois intelectuais franceses, o economista Jean-Paul Fitoussi e o sociólogo Pierre Rosanvallon, publicaram a obra *Le Nouvel Âge des Inégalités*², em que analisaram a contradição de a França ser uma democracia madura com uma economia consolidada ao mesmo tempo em que se ampliava continuamente a fratura social, ou seja, a pobreza crescente e a dissolução dos vínculos sociais, em uma sociedade cuja participação na riqueza mundial crescia ano a ano, tornando-a, em 1996, a quarta maior economia do mundo.

Essa realidade contrastante e que canalizava cada vez mais recursos para o sistema de bem-estar social havia se tornado tão naturalizada a ponto de dirigentes saudarem a boa saúde da

² A obra original em francês foi publicada em 1996. Para nossa análise, empregaremos a primeira edição portuguesa da obra, publicada no ano de 1997, sob o título *A Nova Era das Desigualdades*.



economia francesa minimizando o problema de forma tautológica afirmando que “tudo vai bem, exceto o desemprego” (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 23).

Sem entrar no mérito, tanto das motivações quanto das conclusões da dupla de intelectuais, dois pontos nos chamam a atenção em sua análise. O primeiro deles aponta para o descolamento cada vez maior da classe política em relação à sociedade em geral, do qual a própria frase de celebração da economia e minimização do desemprego é, ao mesmo tempo, sintoma e diagnóstico.

Para os autores, a constatação do desemprego crescente revelaria um duplo problema que apontava para uma sociedade com graves disfunções. Em primeiro lugar, o desemprego crescente não poderia ser tratado como questão periférica, posto que justamente essa “exceção” constituía o problema central e que revelava “os fenômenos de precariedade, o sentimento crescente de insegurança, as formas múltiplas de fragilização do vínculo social” ((FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 23). Em segundo lugar, apontava para a naturalização com que determinados fenômenos sociais se inscreviam no imaginário coletivo, a ponto de passarem a ser vistos como inerentes à própria dinâmica de desenvolvimento econômico-social.

O segundo ponto da análise dos autores franceses revelava a disfunção dos mecanismos de apreensão da realidade, que não mais abarcavam a diversidade e complexidade social. Esse problema, percebido tanto nos círculos políticos quanto intelectuais, levaram-nos a criar o termo “sociedade opaca”. Essa opacidade social derivaria das diferenças na sociedade, que se tornava mais complexa com o passar do tempo e não podia mais ser apreendida pelos métodos estatísticos e de análise tradicionais, mesmo com a multiplicação, tanto das técnicas heurísticas quanto das instituições de pesquisa. Dessa forma, afirmavam, ainda que apresente:

[...] um número cada vez maior de informações pontuais, a sociedade aparece menos legível em seu conjunto [pois], uma sociedade semelhante se caracteriza, sobretudo por uma enorme reorganização dos modos de diferenciação e hierarquização sociais. Estes já não são somente coletivos: se fazem mais individualizados e evolutivos (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 29).

Essas mudanças já haviam sido percebidas por outros autores, como Hobsbawm (1995), para quem a fragmentação social levou à emergência de novas aspirações e demandas, nos campos social, político e cultural, sobretudo a partir da descoberta e afirmação do indivíduo, tanto como sujeito social quanto como categoria primária de transformação social. Valores, hábitos de vida, de consumo e de organização social passaram a ser redefinidos a partir desse (nem tão) novo ator social, constituindo-se esse fenômeno em verdadeira revolução cultural, de acordo com Hobsbawm



(1995, p. 328), o que, em seu entendimento, só podia ser entendido “como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais”.

A nova configuração social revelou que, ao lado das técnicas e ferramentas de análise, havia uma inadequação dos termos e conceitos utilizados para a caracterização e descrição da sociedade. Fitoussi & Rosanvallon (1997, p. 31) foram enfáticos em relação a isso ao afirmarem: “advertimos claramente que as palavras que empregamos se ajustam cada vez menos às realidades: nos defrontamos de maneira crescente com um problema de denominação”. Retornando a Hobsbawm (1995), este também apontou que as transformações que sacudiram o ocidente urbanizado e pós-industrializado entre 1945 e 1990 não preparou as pessoas para a velocidade das mudanças, fazendo com que, mesmo as palavras e expressões usuais, não mais servissem para descrever os impactos sociais que causavam. É assim que “as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo” (HOBSBAWM, 1995, p. 282).

O historiador dos conceitos, Reinhart Koselleck (1992, p. 135 e 138), já advertira a respeito da importância das palavras na elaboração conceitual, pois “cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo” e, que, ao mudar o conteúdo, as palavras podiam ser esvaziadas do sentido anterior ou ter acrescentados novos significados, pois, além do significado linguístico propriamente dito, devemos levar em consideração o conteúdo histórico ao qual se reportam. Isso porque “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única”.

A dupla constatação de Fitoussi e Rosanvallon (1997): a) da inadequação dos instrumentos e técnicas de análise de uma sociedade em mutação como a francesa em meados da década de 1990; b) da necessidade da atualização dos recursos linguísticos que pudessem abarcar a nova realidade, apontavam para uma crise, tanto teórico-acadêmica, quanto política. Mas de modo algum essa poderia ser percebida como uma novidade, pelo menos na sociedade francesa.

Para ficar apenas em outro exemplo, podemos aludir à experiência do retorno do Partido Socialista francês ao poder em 1981, com a eleição de François Mitterrand. Após quase vinte e cinco anos em que um governo de esquerda havia sido retirado do poder – o que significou o fim da



IV República francesa e inaugurou, ao mesmo tempo, a V República e o longo período conservador –, praticamente nenhum analista ou instituição havia previsto esse retorno. Pierre Ansart (2002) credita isso ao fato de que, com o passar do tempo, a crença da racionalidade política passara a estar tão enraizada como pressuposto da experiência democrática da modernidade, que as questões ligadas à afetividade, aos humores e às paixões políticas, estavam praticamente descartadas como possibilidades. Assim, questionava o autor:

Poderíamos nos perguntar se a ocultação da afetividade política não seria um aspecto das ideologias contemporâneas dominantes: a ideologia do capitalismo que tende a desvalorizar tudo aquilo que não depende da produção nem do consumo de bens materiais; a ideologia científica que tende a desvalorizar ou a negar a importância das relações não redutíveis ao saber racional. O desconhecimento da afetividade política poderia também representar uma das ocultações ligadas ao mito da racionalidade do político (ANSART, 2002, p. 56).

Todas as sofisticadas tecnologias e ferramentas de análise das instituições, tanto políticas quanto acadêmicas, não previram a retomada do poder por um partido de esquerda, por conta da dificuldade de compreender a forma como diversos segmentos sociais, sobretudo os dos estratos mais baixos da pirâmide social, entendiam a ideia de representação social e política, a forma como valores importantes como pertencimento, lealdades políticas e afetividades eram construídas e reconstruídas continuamente a partir da dinâmica de suas realidades socioculturais.

A institucionalização de um padrão de análise da sociedade que excluía a afetividade e a estrutura de sentimentos nas democracias consolidadas ao longo do século XX, a nosso ver, incluem “as três principais características da Modernidade e que relacionam de modo inequívoco os pressupostos da Modernidade ao Capitalismo” (MEIRA, 2015, p. 35). Essas características podem ser resumidas da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a ideia de uma sociedade voltada exclusivamente para a produção e consumo, excluindo todos os bens e produtos que não pudessem ser abarcados por sua lógica. Em segundo lugar, a ideia de uma produção científica a organizar o conhecimento a partir de suas regras e estruturas internas, a serviço do bem-estar e progresso da sociedade, condenando todas as práticas e saberes não institucionalizados. Em terceiro lugar, a relação entre a racionalidade e o desenvolvimento da sociedade, na medida em que, da produção material ao progresso da ciência, todas as práticas e saberes deveriam passar pelo crivo da razão, numa perspectiva iluminista (MEIRA, 2015, p. 35).

Tanto as análises de Fitoussi & Rosanvallon (1997), quanto de Ansart (2002), apontam para um diagnóstico de crise, pois demonstram que: a) os consensos firmados a respeito da forma como devem ser entendidos os movimentos dentro da sociedade são desmentidos pelos próprios acontecimentos; b) que a ideia de substituição de princípios e valores culturais decorrentes da



estrutura de sentimentos (WILLIANS, 1979), da subjetividade e dos afetos por uma racionalidade iluminista (ORTIZ, 1998), nem sempre encontra correspondência na experiência histórica; c) que a disputa pelo discurso hegemônico que se propõe a explicar o todo social passa, sempre, pela tentativa de controle das instituições e aparatos de poder.

A Ideia de Crise e sua Relação com a Modernidade

O termo crise, ou a ideia de crise, é recorrente nos escritos dos pensadores sociais há muito tempo. Walter Benjamin (apud ROSSI, 2000, p. 4), no início do século XX já afirmara que: “Jamais houve uma época que não se sentisse moderna, no sentido excêntrico do termo, e não acreditasse estar diante de um abismo iminente. A lúcida consciência desesperada de estar no meio de uma crise decisiva é algo crônico na humanidade”.

Paolo Rossi (2000), por sua vez, salienta a contradição – também apontada por Benjamin, de que a ideia de crise caminhou *pari passu* com o próprio desenvolvimento da ideologia do progresso, constatando que, se desde o século XIII já era possível identificar a ideia de crise representada pelo desconforto com o momento histórico, é a partir do século XVI, com o surgimento da ideologia moderna de progresso, com o significado atual, que se tornou frequente a associação entre este e a ideia de crise.

Com a consolidação do significado de modernidade no século XIX e sua associação umbilical à ideologia do progresso – entendendo que a ideologia do progresso, numa perspectiva social e econômica, era fundamental para alcançá-la –, à modernidade passa a ser associada também a ideia de crise. Significados históricos, sociais, linguísticos. A razão disso é a forma como a ideologia do progresso – e da modernidade, seu ponto de chegada – desarticulou as bases da relação do presente com o passado e com o futuro.

Três leituras que consideramos fundamentais a respeito da relação entre crise, progresso e modernidade são as propostas por Marshall Berman (1998), François Hartog (2014) e Reinhart Koselleck (2006). Berman (1998) retirou sua análise das reflexões importantes disponibilizadas por Marx & Engels no “Manifesto do Partido Comunista” (1999), ao se utilizarem da metáfora do constructo social como um edifício construído ao longo do tempo e que adquiriu bases sólidas no período imediatamente anterior à época Moderna. Essas bases compunham-se das relações socioeconômico-culturais – estamentais, excludentes e estanques, mas previsíveis. Na interpretação de Berman, a ideologia do progresso (e da modernidade) pode ser mais bem caracterizada pela



desintegração desse edifício social, em que normas, regras, valores e comportamentos sociais e culturais passaram a ser continuamente questionados e, sempre que possível, superados. A previsibilidade da época medieval e início da era moderna foi substituída pela imprevisibilidade da modernidade e isso passou a ser o novo normal; uma realidade em mutação constante instaurou uma percepção de crise permanente. Caso de alimentação e retroalimentação.

Os alicerces sólidos das relações sociais se desmanchavam no ar na nova normalidade em crise, definiram Marx & Engels (1999). Tudo continua a desmanchar-se, concorda Berman (1998), pois, se a percepção do pensador alemão era válida para o século XIX, as raízes da mudança percebidas então se tornaram o tronco e os ramos da árvore da configuração social da virada do século XX para o XXI, confrontando os sujeitos no paradoxo de se colocar, por um lado, saudosos da estabilidade perdida (passado), da fácil localização dos figurinos sociais adequados compondo identidades estáveis; por outro lado, ansiando pelas possibilidades que o presente em movimento propõe (futuro). Essa realidade paradoxal, de acordo com Berman (1998), chegaria às raias da esquizofrenia, por conta de:

[...] nosso desejo de nos enraizarmos em um passado social e pessoal coerente e estável, e nosso insaciável desejo de crescimento — não apenas o crescimento econômico mas o crescimento em experiência, em conhecimento, em prazer, em sensibilidade — crescimento que destrói as paisagens físicas e sociais do nosso passado e nossos vínculos emocionais com esses mundos perdidos; nossa desesperada fidelidade a grupos étnicos, nacionais, classistas e sexuais que, esperamos, possa dar-nos uma firme “identidade” e, ao lado disso, a internacionalização da vida cotidiana — nossas roupas e objetos domésticos, nossos livros e nossa música, nossas ideias e fantasias —, que espalha nossas identidades por sobre o mapa-múndi; nosso desejo de sólidos e claros valores em função dos quais viver e nosso desejo de abarcar todas as ilimitadas possibilidades de vida e experiência modernas, que oblitera todos os valores [...] (BERMAN, 1998, p. 39).

Hartog (2014) também tratou do mal-estar do presente na modernidade definindo-o de presentismo. Para o autor, trata-se de um *momentum* histórico indefinido, por renegar o passado e, com isso, prescindir da memória, ao mesmo tempo em que busca adiantar o futuro, vivendo-o no agora. O emparedamento do sujeito entre o saudosismo do passado (quase) imutável e a nostalgia de um futuro preñado de possibilidades, mas deslocado (e descolado) em relação ao passado, formaram a antítese (im)possível da coexistência entre o conservadorismo de ideias e as atitudes e comportamentos revolucionários, como apontaram Marx & Engels (1999) e Berman (1998).

Raymond Willians (1999) demonstrou que, no campo da cultura, esse fenômeno aconteceu porque as ideias dominantes que hegemonomizam os comportamentos e modos de vida de uma sociedade são compostas por elementos residuais (conservadores) e emergentes (revolucionários,



novos), tornando mais complexa a compreensão da dinâmica das relações sociais.

Koselleck (1999; 2006) analisou a ideia de crise sob os aspectos linguístico-semânticos – a partir dos quais o autor buscou entender a transformação do tempo em diferentes sociedades e temporalidades – e histórico-sociais. A reflexão que nos interessa aqui é a segunda, da qual nos ocuparemos de dois aspectos.

Em primeiro lugar, a ideia de crise – como algo inerente à época moderna e fundamental para a sustentação teórica do surgimento do Estado Moderno – é um dos subprodutos da ideologia do progresso. Inicialmente relacionado ao conhecimento e à ciência (ROSSI, 2000; LE GOFF, 2013), o progresso passou a ser um denominador comum para a compreensão das esferas sociais e políticas, tornando-se, de um lado, o catalisador para a transformação da ciência histórica, que, da pretensão ontológico-teleológica das filosofias da história, adquiriu a percepção das relações sociais como frutos humanos dos processos de embates e disputas sociais.

Da compreensão moral da sociedade divinamente estabelecida – portanto, fora das possibilidades de intervenção humana – passou-se para a definição política dos interesses em confronto. Essa compreensão foi importante para que se desenvolvesse a ideia de transformação, fundamental para a ideia de progresso quando aplicada ao político e ao social, e essencial para os interesses da classe burguesa que, então, era a classe em ascensão com reais possibilidades de disputar politicamente o controle do Estado. Afirmou Koselleck (1999) que:

A dicotomia entre moral e política significa – e aí reside a força ideológica desta polarização – privar o Estado absolutista de seus fundamentos políticos e, ao mesmo tempo, dissimular esta consequência. A fidelidade ao Estado e o patriotismo são, igualmente, crítica e renegação da ordem estabelecida (KOSELLECK, 1999, p. 129).

A ironia, apontada por Koselleck (1999), é que o caráter eminentemente moral da afirmação do Estado Absolutista foi o responsável por sua própria corrosão, pois a afirmação da lei pela vontade (moral) do príncipe – política da vontade – invocando sua legitimidade na unção divina, possibilitou que se pudesse preconizar que o príncipe (homem) deveria se curvar ao soberano (político). Dessa forma, independente da visão que se tivesse do Estado Absolutista, mesmo ao príncipe era exigido que se submetesse aos imperativos categóricos (morais) da lei maior.

A separação entre a figura humana do príncipe e o simbolismo da realeza de que era investido foi o divisor de águas para a separação da moral e da política, possibilitando que avançasse a ideia de um conjunto de normas e regulamentações (constitucionais) que submetesse as



monarquias absolutistas. Para Koselleck (1999), a submissão mesmo do príncipe a um ordenamento jurídico constitucional foi a forma como a ideologia do progresso adentrou a política, buscando conferir racionalidade ao exercício da autoridade e empoderando a classe burguesa, que se tornou a principal beneficiária dessas transformações político-sociais.

Não foi algo simples, pelo contrário. A oposição entre uma ordem estabelecida e outra que se buscava foi marcada pela conturbação social, conferindo ao processo seu caráter de crise permanente, que teve seu momento decisivo, na Europa, na Revolução Francesa, inaugurando a escalada de movimentações sociais e políticas ao longo do século XIX.

A segunda reflexão de Koselleck sobre a ideia de crise é decorrente da primeira e, além de constatar a transformação da relação entre a moral e a política na época moderna a partir do princípio da racionalidade da ideologia do progresso, buscou demonstrar as implicações disso para a concepção de tempo na modernidade.

Não é nosso objetivo abarcar todos os significados da conceituação de modernidade na obra de Koselleck, mas demonstrar que a relação entre tempo histórico e modernidade é fundamental para a percepção de que a ideia de crise é central em sua análise. Dentre as várias possibilidades, chamamos a atenção para três fundamentos de sua reflexão. O primeiro deles, já exposto na análise dos outros autores com os quais dialogamos, abarca o componente da mudança como característica da modernidade. Assim:

[...] o novo tempo pode indicar uma reivindicação qualitativa, a de ser novo no sentido de inteiramente diferente, ou até mesmo melhor, do que o tempo anterior. Então o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época (KOSELLECK, 2006, p. 274).

Esse sentido de mudança como a normalidade da modernidade é o que lhe conferiria imprevisibilidade ou a percepção de dissolução dos princípios basilares responsáveis pela sensação de segurança construídos nos períodos anteriores (MARX; ENGELS, 1999; BERMAN, 1998).

O segundo fundamento da reflexão de Koselleck (2006) vai ao encontro da análise de Giorgio Agamben (2009) e tem relação não apenas com o sentido de mudança da modernidade, mas, principalmente, com a própria consciência delas. Agamben (2009) chama de contemporâneo o sujeito que, vivenciando uma determinada temporalidade, ao mesmo tempo em que insere nessa realidade, tem o suficiente distanciamento para perceber as suas injunções e disfunções. Dessa forma, “através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo” (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).



Agamben (2009), a partir da filosofia, trata das angústias e das dificuldades de compreensão da realidade a partir da categoria temporal da contemporaneidade. Koselleck (2006), do ponto de vista da História, analisou as mesmas questões, mas a partir de problemas diferentes que originam outras questões. Apesar dos diferentes lugares de fala, ambos enfatizam a necessidade de compreender o momento histórico que se vive, a natureza das mudanças e transformações – às quais Koselleck chamou de “movimento” – “como indicadores de mudança social e política e como elementos linguísticos de formação da consciência, da crítica ideológica e da determinação do comportamento” (KOSELLECK, 2006, p. 303).

Por último, a forma como o desenrolar da modernidade com a definitiva associação entre desenvolvimento histórico e progresso, concluiu o afastamento da História enquanto ciência da *historia magistral vitae* e suas características pedagógicas. O presente passou a se distanciar cada vez mais do passado, que, por sua vez, perdeu a condição de definitivo pretendida pelos historiadores do século XIX. A partir dos problemas do presente, se volta ao passado não para buscar as lições ali contidas, mas para reescrevê-lo. Koselleck (2006) explicou que isso aconteceu porque:

A modernidade [*neuzeit*] confere ao passado como um todo uma qualidade de história universal. Com isso, a novidade de uma história que, cada vez que se produz, pensa em si mesmo como nova reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história. Torna-se evidente que a história, precisamente como história universal, precisa ser continuamente reescrita (KOSELLECK, 2006, p. 287).

A necessidade de reescrever a história do passado contribuiu para a perda cada vez maior de referências, se tornando a causa da angústia e da sensação de desençaixe ou deslocamento dos sujeitos na contemporaneidade, na formulação de Anthony Giddens (1991). Benjamin (2013) também já havia percebido, nas primeiras décadas do século XX, esse distanciamento cada vez maior do passado e alertou para a possibilidade de catástrofe (retorno à barbárie) ao se buscar vivenciar um presente do qual o passado (enquanto experiência, memória) estivesse desconectado e sobre o qual o futuro não se efetivasse.

Esse movimento contínuo da modernidade, sua busca pela ressignificação constante do passado, a aceleração cada vez maior das expectativas em busca de algo que nem o passado nem o presente pudesse satisfazer, fez com que Koselleck (2006) propusesse as categorias históricas de espaço de experiência e horizonte de expectativas. A relação estabelecida entre o presente e essas duas categorias explica a sua conclusão de que o presente na modernidade, sendo palco de



afastamento cada vez maior entre as duas temporalidades representadas por cada uma das categorias, é o palco de uma crise permanente, o que o leva a concluir que “a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314), um presente contínuo, na relação dialética entre a superação do passado e a antecipação de um futuro sobre o qual pouco (ou nada) se sabe.

A Crise Epistemológica da História: Métodos, Narrativas, Objetos e Conceitos

Falar de crise nas sociedades modernas, ou da modernidade, é trazer ao lume as mudanças nas formas de representação; as reformulações dos princípios éticos e morais, dos afetos e sentimentos; a mutabilidade que a urbanização acelerada no século XX provocou nas sensações de pertencimentos e distanciamentos sociais; as redefinições de nacionalismo e nação; a adoção permanente no léxico cotidiano da resignificação das noções de civilidade, intimidade, identidade e interesses comunitários. Em suma, uma alteração completa e ainda pouco apreensível “das significações imaginárias sociais” (CASTORIADIS, 1982, p. 148).

Essa compreensão é necessária para que recoloquemos em perspectiva que as mudanças nos dos modos de vida de grande parte da população do planeta requereu, também, uma reformulação na forma como se constituem(íram) os instrumentos e ferramentas de análise e interpretação que pudessem dar conta de abarcar, ao mesmo tempo, o todo social e suas especificidades. Como vimos na primeira parte deste texto, a partir dos exemplos selecionados da sociedade francesa em dois momentos das décadas de 1980 e 1990, as mudanças sociais se revelaram mais rápidas do que os especialistas que se propõem a interpretá-las.

A crise das sociedades na modernidade revela, também, uma crise epistemológica. Dito de outra forma, a ideia de crise revela mais a dificuldade de compreender e fornecer diagnósticos e soluções para as novas questões e problemas que se apresentam.

Ana Luisa Janeira (1972) e Paolo Rossi (2010), historiadores das ciências e teóricos da epistemologia, apontaram para a dificuldade que as ciências constituídas têm em se abrir para a realidade, em primeiro lugar pela constatação de que esta é muito mais dinâmica do que os seus instrumentos de reflexão e, em segundo lugar, por conta da reprodução, nos interiores das mais diversas ciências, de uma hierarquização, diante da qual os consensos e dissensos ficam subsumidos ou à ela se sujeitam devido às disputas de poder e dos espaços de fala.



A sistematização e especialização das ciências humanas havia completado um ciclo importante nas primeiras décadas do século XX, sendo a História, ao descolar-se da filosofia e da teologia, ao construir seus pressupostos e métodos próprios e por sua capacidade de reinventar-se, ultrapassara as demais, tornando-se Clio, a Musa rainha das ciências (PESAVENTO, 2005).

Dos historicismos, historicismos e positivismos do século XIX que se baseavam nas esferas políticas e econômicas, a História – sobretudo na França, com a Escola dos *Annales* – adentrou o século XX abraçando novas perspectivas de análise, voltando-se para as questões culturais e sociais, porém, mantendo os fundamentos dos grandes paradigmas e as grandes explicações da proposta globalizante de uma História ocidental.

A falta de combinação com a realidade se impôs, e os esquemas conceituais tão bem burilados na emergente sociedade urbana do final do século XIX e primeira metade do século XX viram-se traídos pela desorganização de um mundo que percebia-se à beira da destruição. Essa percepção aprofundou-se nas décadas imediatas ao pós-Segunda Guerra Mundial e a História – assim como as demais ciências humanas e sociais – passou a ser vista como incapaz de fornecer respostas à altura das necessidades de interpretação dessa nova realidade em mutação.

Roger Chartier (1991) foi um dos que se propuseram a fazer a “arqueologia” da crise epistemológica da História a partir da década de 1960, e que se manteve, em maior ou menor grau, pelas três décadas seguintes, gerando frutos advindos de cortes epistemológicos de ramos historiográficos consagrados, ou rupturas epistemológicas profundas, dando origem a novos ramos e campos da História. A unanimidade dos analistas do período – da qual Chartier não foi exceção – foi sobre o esgotamento dos modelos, que não conseguiam abarcar o todo social. A necessidade de compreender – e explicar – a realidade social, pôs em campo estratégias diversas, de busca de: a) novos objetos; b) novos métodos e modos de tratamento dos mesmos objetos.

No primeiro caso, explicava Chartier (1991, p. 174), foi aprofundada a busca pela compreensão das “atitudes diante da vida e da morte, rituais, crenças, estruturas de parentesco, formas de sociabilidade, funcionamentos escolares etc. [...]”, desviando-se das perspectivas de análise clássicas que tinham no político e no econômico seus objetos preferidos.

No segundo caso, as certezas metodológicas globalizantes que, quando muito, conferiam às outras ciências sociais e humanas um lugar subalterno, abriram-se para a interdisciplinaridade, buscando, como suporte aos métodos consagrados, as “técnicas de análise linguística e semântica,



as ferramentas estatísticas da sociologia ou certos modelos da antropologia” (CHARTIER 1991, p. 174).

A importância do social nas novas fronteiras em ampliação do escopo das ciências históricas fizeram emergir – e ocupar, dali por diante, um lugar privilegiado – outras variantes historiográficas que não tinham na matriz francesa a sua origem.

É notável o fato de que as reflexões de Chartier se deram a partir da leitura do editorial de primavera do ano de 1988 da Revista *Annales*³, que diagnosticara que, apesar de certificar a vitalidade da História enquanto ciência, reconhecia que nas últimas décadas (1960-1980), “os paradigmas dominantes, que se ia buscar nos marxismos e nos estruturalismos, assim como no uso confiante da quantificação, perdem sua capacidade estruturadora”. Notável, principalmente, pelo fato de que a própria Revista *Annales* fora oriunda de um movimento de renovação da historiografia francesa – a Escola dos *Annales* – há pouco mais de cinquenta anos antes, propondo, justamente propondo uma História com novas abordagens, novos objetos e novos problemas⁴, contribuindo decisivamente para a mudança de percepção em relação à ideia de documento, a introdução da subjetividade na produção historiográfica com a proposta de uma “História das Mentalidades” e com uma nova concepção de tempo, entre várias outras inovações.

A despeito do frescor aparente das novas ideias, a historiografia da Escola dos *Annales* continuava presa aos esquemas da História globalizante, em que as estruturas e os grandes fundamentos eram a base. Além disso, continuava a ser uma história de gabinetes, a despeito da conclamação de seu fundador, Marc Bloch (1999, p. 54) a que os bons historiadores se parecessem “com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

A crise de métodos e paradigmas que os editores dos *Annales* denunciaram ao longo dos anos de 1988 e 1989 parece ter sido motivada pela perda da própria relevância da modalidade historiográfica praticada, causada pelas mudanças da realidade social, da assunção de outras matrizes historiográficas e pela fragmentação epistemológica do próprio movimento, que se via às

³ *Annales: histoire et sciences sociales. Un tournant critique?* (1988 apud CHARTIER, 1994).

⁴ Títulos dos livros da coleção *Fazer História*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, expoentes da terceira geração dos *Annales* (*História: novas abordagens*; *História: novos objetos*; *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976).



voltas com abordagens cada vez mais fragmentadas, mas ainda com a pretensão globalizante⁵.

Da História Cultural à História Social da Cultura: Emerge a História Social Inglesa

À perspectiva cultural da Escola dos *Annales* se contrapôs, desde o início da década de 1960, outros movimentos que colocaram no centro de suas preocupações uma perspectiva social⁶. Dentre esses movimentos destacamos a História Social Inglesa, construída a partir das inquietações de intelectuais oriundos da crítica literária, da história e da filosofia que, mesmo rompidos com o Partido Comunista Britânico após as revelações de 1956, ainda se mantiveram ligados às perspectivas de análise do materialismo histórico, propondo uma história cultural do social⁷. Tal como a Escola dos *Annales*, organizada a partir de uma revista acadêmica, a História Social Inglesa também teve seu veículo de divulgação de ideias, a *New Left Review*.

O surgimento da História Social Inglesa está relacionado a três crises. A crise sociocultural do pós-guerra, a crise político-ideológica do Partido Comunista Britânico após a divulgação dos documentos, em 1956, do período stalinista e a crise epistemológica das ciências humanas e sociais a partir da década de 1960.

Seus expoentes insistiam na necessidade do olhar sobre a sociedade, não a partir dos poderes e instituições, mas privilegiando o foco nas pessoas comuns, os menos favorecidos, os marginalizados, as classes populares. O ponto de partida deveria ser seus modos de vida e suas práticas culturais, a “História Vista de Baixo” (*History From Below*) proposta por Edward Palmer Thompson, Raymond Willian, Stuart Hall, Natalie Davis, Christopher Hill e outros. A demarcar a diferença dessa visão social da cultura e a forma como os componentes da Escola dos *Annales* propugnavam a interpretação da cultura está a compreensão do papel atribuído aos indivíduos, os sujeitos sociais e a relação próxima com os pressupostos teórico-metodológicos da antropologia.

Muitas ideias e propostas da História Social Inglesa foram incorporadas por outras escolas

⁵ Peter Burke e François Dosse produziram obras com críticas às transformações dentro da Escola dos *Annales*, que se encontram listadas na bibliografia.

⁶ Não é objetivo deste trabalho propor uma genealogia dos movimentos historiográficos que tinham no social suas principais preocupações. Nossa preocupação é apontar que a História Social Inglesa é um dos principais expoentes que emergiram da efervescência das inquietações do pós-Segunda Guerra Mundial, sendo profundamente marcada pela cisão do Partido Comunista Britânico e pela origem trabalhadora de seus fundadores. Sobre a relação entre sujeitos, cultura e os acontecimentos, base da História Social, recomendamos, entre várias outras, a leitura das obras de Roger Chartier (2002), Jesús Martín-Barbero (2001), principalmente o capítulo intitulado “O Longo Processo de Enculturação”, Lucien Goldman (1976).

⁷ Vários dos principais expoentes da História Social Inglesa também são identificados como pioneiros dos Estudos Culturais (Cultural Studies). Sobre essa relação, ver Maria Elisa Cevalco (2003).



historiográficas, mas consideramos relevante evidenciar⁸, de forma resumida, pelo menos três pontos que se nos afiguram importantes contribuições para a historiografia atual.

O primeiro ponto é a interpretação do conceito de cultura. Jesús Martín-Barbero (2001) destacou a importância da mudança histórica da compreensão do conceito de cultura como fundamental para se compreender as realidades sociais dos sujeitos, principalmente das classes populares. Até o final do século XIX o conceito de cultura estava relacionado à formação dos sentidos, à contemplação das artes e à educação. Das primeiras décadas do século XX até princípios da década de 1960, a cultura passou a ser vista a partir do olhar antropológico (estrutural) – mas ainda tendendo à homogeneização – que a entendia a partir do consumo, sem despertar para as contradições e os antagonismos, as tendências divergentes, mesmo que não antagônicas. A Escola dos *Annales* foi precursora dessa incorporação à História.

A renovação historiográfica pós-1960 trouxe novos significados ao conceito de cultura, a partir do diálogo com a sociologia e a antropologia. De modo geral, redefiniu-se o conceito de cultura como uma pluralidade – dos meios materiais às formas simbólicas – e abandonou-se o contraste entre sociedades com cultura e sem cultura. Em relação à História Social Inglesa, pensadores como Raymond Willians, Stuart Hall, Terry Eagleton e E. P. Thompson demonstraram a relação da cultura com os costumes, a partir dos quais se buscava entender os modos de vida, as expressões identitárias, as significações simbólicas e subjetivas das ações e reações dos diversos grupos sociais. De forma significativa, Willians (2005) foi fundamental para romper a diferenciação subalterna da cultura como pertencente à superestrutura, na designação do marxismo clássico, negando o determinismo econômico. Como destacamos em trabalho anterior, apesar de não se poder:

[...] creditar apenas a Thompson e seu grupo a criação de uma conceituação revolucionária de cultura como sinônimo de modos de vida, [...] sem dúvida nenhuma, foi graças a ele e seus companheiros da História Social que essa ideia de cultura se propagou, a ponto de, para muitos analistas, ser considerado precursor dos estudos culturais, ou, pelo menos, de uma variante da História Cultural (MEIRA, 2014, p. 199).

O segundo ponto é a importância atribuída à experiência. Na sua obra sobre os autores românticos ingleses do final do século XVIII, Thompson (1999) defendeu a desconstrução da ideia da existência de uma cultura dupla, “erudita” e “popular”, a seu ver uma dicotomia que apresentava

⁸ No ano de 2014 publicamos um artigo que trata, de forma mais ampliada, as contribuições da História Social Inglesa, e de E. P. Thompson em particular, para a historiografia. Sobre isso, ver Meira, 2014.



a enunciação clara da valorização da educação frente aos modos de vida populares, uma oposição entre razão (educação) e sentimento (experiência). Não se tratava de pensar os saberes derivados da experiência das classes populares a partir da relação de proximidade com a natureza, ainda não corrompidos totalmente e que lhes conferiria uma pureza moral, como demonstra a narrativa de Goethe sobre a “descoberta” do jovem Werther, ao exclamar: “Amor, lealdade e paixão como essas vivem e podem ser encontradas com toda sua pureza entre uma classe de gente de gostamos de chamar de inculta e grosseira. Nós, os educados – educados ao ponto de nada sobrar!” (THOMPSON, 1999, p. 20-21).

Os românticos, como o jovem Werther, se transformavam nos *voyeurs* da vida do povo comum, estudando-os como espécies (quase) extintas naquelas sociedades em transformação pela Revolução Industrial e a urbanização, enquanto que para poetas, como Wordsworth – não um mero expectador dos modos de vida das pessoas das classes subalternas, mas alguém alinhado com elas – a experiência do homem comum não revelava a pureza moral ou ingenuidade de uma alma não corrompida, mas a igualdade derivada dos valores, da honra e da dignidade.

As concepções de Wordsworth foram empregadas como matéria prima na construção do conceito de experiência defendido por Thompson, principalmente quando analisou a forma como o poeta se expressara ao defender que “a igualdade do valor do homem comum, [...] repousa em atributos morais e espirituais, desenvolvidos através de experiências no trabalho, no sofrimento e de relações humanas básicas” (THOMPSON, 1999, p. 25). O poeta concluiu explicando que sua desconfiança em relação à educação formal se dava porque esta “poderia inibir ou desviar o crescimento calcado na experiência”. Thompson (1999, p. 30-31) não caiu na armadilha de renegar a educação formal em nome das possibilidades da experiência apenas, mas apontou para a busca dialética do equilíbrio possível entre a educação e a experiência.

A experiência dos sujeitos é fundamental para a compreensão do terceiro ponto que estamos destacando das contribuições da História Social Inglesa para a historiografia atual que é a categoria de classe social. Na formulação do materialismo histórico marxista, a classe é uma categoria fixa, organizada a partir da posse dos meios materiais de produção – burguesia – e dos detentores da força de trabalho apenas – proletariado. Em linha com a fragmentação e diversificação social responsáveis pelo fenômeno da opacidade social (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997) ao qual aludimos, Thompson concebeu a ideia de classe como algo fluído



e mutável, na qual a experiência dos sujeitos seria fundamental:

Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas [...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica [...]. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus) (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Desse modo, Thompson invertia a lógica da formulação marxista, ao estabelecer a precedência do movimento da luta de classes sobre a própria formulação da classe social.

A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouco, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe (THOMPSON, 1977 apud NEGRO; SILVA, 2001, p. 274).

Concluimos que a ponte entre a categoria de classe social e o conceito de experiência, possibilitando a divisão entre a experiência de classe e a consciência de classe:

[...] é o terreno comum em que os trabalhadores se reconhecem enquanto classe, mas, acima de tudo, os define como sujeitos de sua própria história, não sendo, portanto, definidos apenas pela posição econômica que ocupam em uma estrutura predeterminada e coerciva, por mais basilar que sejam as relações de produção na história da luta de classes (MEIRA, 2014, p. 199).

Considerações Finais

A segunda metade do século XX foi época das maiores transformações das sociedades humanas, condensando em poucas décadas as maiores mudanças nos modos de vida dos sujeitos sociais do que em todas as épocas anteriores. Essa realidade é fruto do aprofundamento do que alguns chamam de modernidade, mas a dificuldade de estabelecer uma previsibilidade do presente em relação ao futuro, ou mesmo em relação às narrativas a respeito do passado, fez com que se cristalizasse uma sensação de crise permanente.

A percepção da crise dos marcos socioculturais e político-ideológicos da realidade gerou a crise epistemológica – também conhecida como “crise dos marcos ideológicos” – das ciências sociais e humanas, incapazes de fornecer as respostas que os novos e conturbados tempos exigiam, e a História não escapou a essa situação.



Como procuramos demonstrar, o social passou a ser o centro das preocupações das tentativas de renovação historiográficas, sendo a História Social Inglesa uma das principais ramificações que frutificaram dos anos de crise, contribuindo para a oxigenação das interpretações da realidade social. Dentre as várias contribuições da História Social Inglesa para a renovação da historiografia, destacamos os conceitos de cultura e experiência, bem como a atualização da interpretação de classe social, categoria fundamental da tradição da hermenêutica marxista.

As ações dos pensadores da História Social Inglesa, para além das contribuições para a tradição acumulada da historiografia ocidental, devem ser pensadas a partir da origem de seus formuladores, bem como em relação às preocupações e problemas do momento histórico em que se efetivaram, pois, como o próprio Thompson (1978 apud NEGRO; SILVA, 2001, p. 79) ensinou “toda experiência histórica é obviamente, em certo sentido, única”.

Referências

- AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó/SC: Argos, 2009.
- ANSART, P. Mal-estar ou fim dos amores políticos? **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 25, n. 26, jul./dez. 2002.
- BENJAMIN, W. **O anjo da história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BLOCH, M. **Os reis taumaturgos** – o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- CEVASCO, M. E. **As dez lições sobre os estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CHARTIER, R. História Hoje: dúvidas, desafios propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- FITOUSSI, J-P.; ROSANVALLON, P. **A nova era das desigualdades**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.



- GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?** São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANEIRA, A. L. Ruptura epistemológica, corte epistemológico e ciência. **Análise Social**, Lisboa, série 2, v. 9, n. 34, abr./jun. 1972. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224260984P0tKE6sa0Ch37TP8.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- KOSELLECK, R. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- LE GOFF, J. **História e memória**, 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MARX, K.; Engels, F. Manifesto do Partido Comunista (1848). In: REIS FILHO, D. A. (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois.** Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MEIRA, J. C. A Contribuição de E. P. Thompson para os estudos históricos. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/viewFile/2388/2035>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- MEIRA, J. C. A crise do projeto da modernidade a partir das análises de Simmel, Ansart e Castoriadis. **Revista Ágora**, Vitória, n. 21, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/11245>>. Acesso em: 2 out. 2015.
- NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2001.
- ORTIZ, R. **Cultura e modernidade: A França no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PESAVENTO, S. J. **História & história cultural.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ROSSI, P. **Naufrações sem espectador: a ideia de progresso.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.



THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, Brasil, n. 66, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448/15266>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.